

A Economia Republicana e a Revolta Social: Crise Financeira e Instabilidade Social no Alvorecer da República

Luiz Carlos Delorme Prado^()*

1- Introdução

A década de 1890 é um momento de profunda mudança institucional no Brasil. A estrutura econômica do país modifica-se rapidamente, influenciando e sendo influenciada pela instabilidade política. A política econômica oscila desde o papelismo exacerbado de Rui Barbosa, até o metalismo igualmente exacerbado de Joaquim Murinho. Este período é marcado pela volatilidade das taxas de câmbio e dos fluxos de capitais, mas também pelo sucesso da economia cafeeira e a rápida ascensão da borracha. A modorrenta economia brasileira, que vinha desde fins da década de 1870 lentamente (e erráticamente) aumentando seu investimento industrial, entra a década de 1890 com um valor anual de importação, em libras, de bens de capital aproximadamente duas vezes maior do que na década de 1880. A década de 1890 marca o alvorecer da indústria moderna brasileira com o surgimento de várias fábricas de tecidos, moinhos de trigo, cervejarias, alguns ramos das indústrias metal-mecânicas, tais como pregos e parafusos, canos de chumbo, peças e acessórios para vagões ferroviários e bondes etc¹.

Esse é um momento de gênese: de um Brasil moderno, desde sua origem assombrado por uma sociedade dividida, partida entre manchas regionais transformadas pelo sucesso de um crescimento derivado do dinamismo das exportações, e a insuficiente difusão dos frutos do crescimento econômico, entre as famílias e entre as regiões.

Esse ensaio discute alguns aspectos socio-econômicos desse momento fundacional. A hipótese sustentada é que a propaganda republicana trazia implícita a ilusão de que o fim do império implicaria em melhoria da situação econômica e social brasileira. Inspirando-se no sucesso econômico da grande república das Américas, os EUA, setores progressistas viam o fim das arcaicas políticas metalistas, da insuficiente oferta monetária, da falta de crédito para as atividades comerciais como o início de um longo período de progresso econômico. O progresso, um conceito fundamental na visão positivista de mundo, seria consequência inevitável da aplicação da razão (e do conhecimento) para os negócios de Estado. A descentralização política e administrativa liberaria o potencial criativo dos estados. A atrasada monarquia seria substituída por um dinâmico governo, moderno e democrático, onde os interesses dos agricultores seriam respeitados, mas também haveria espaço para os crescentes negócios urbanos, no comércio, nas finanças, nos serviços e até em determinados ramos industriais.

^(*) - Professor do Instituto de Economia da UFRJ.

¹ - Ver para a importação de bens de capital no período Suzigan, 1986, Appendix 1. Autores como Cano, Aureliano, Mello, Silva enfatizam o ciclo de expansão do café ao final da década de 1880 e início da década de 1890 como o momento em que a acumulação de capital agrário-exportadora leva ao crescimento do investimento industrial. Vários outros autores, entre eles Dean (1969) e Suzigan (1986) encontram relações estreitas entre a expansão da economia agrário exportadora e o surgimento da industrialização. Desde o trabalho de Stein (1979), há evidências que mais que apenas uma crise financeira o Encilhamento marcou a criação de várias indústrias modernas que prosperaram formando importantes grupos empresariais modernos. Ver, sobre esse período a interessante discussão de Suzigan, 1986, pp.45-48.

As esperanças não foram confirmadas pelos fatos. A primeira década republicana foi pródiga em mudanças, mas também o foi em crises, em bancarrotas de negócios urbanos e atividades agrícola, em instabilidade política, em frustração e insegurança. As sucessivas crises que levam a ascensão de Joaquim Murinho, como ministro da fazenda, depois de nove ministros em nove anos de república, marca o fim dessas ilusões². O clima de revolta que caracterizou este período reflete as frustrações com as promessas não cumpridas da República. Por outro lado, vai ser a desconfiança de setores republicanos nos movimentos populares, que vai transformar Canudos, uma revolta confusa, liderada por um líder messiânico a partir de suas estranhas interpretações das mudanças de seu tempo, numa imaginária guerra civil pela restauração da monarquia.

2- A Política Econômica do Governo Imperial e o Ideais Republicanos

O Segundo Império foi, por um longo período, bem sucedido no plano político e fracassado no plano econômico. Diferentemente da América Hispânica, o regime imperial no Brasil conseguiu impedir a desagregação territorial da colônia portuguesa. Em meados do século XIX as insurreições domésticas e regionalizadas, com pretensões de criar repúblicas independentes, já tinham sido completamente derrotadas, e não surgiram outros movimentos similares.³ Embora o exército brasileiro não tenha sido no século XIX um modelo de disciplina, o império conseguiu também impedir até 1889 aventuras caudilhescas, comuns em nossos vizinhos hispano-americanos.⁴ O sistema parlamentar brasileiro, desde de 1836, dividido entre dois grandes partidos, o liberal e conservador, embora estivesse longe de representar claramente os interesses de distintos grupos sociais, ou ainda refletir os conflitos de uma inexistente opinião pública, sucediam-se no poder num sistema político plutocrático, mas legitimado por regras mutuamente aceitas.⁵ Na economia o desempenho do Império foi muito menos equilibrado.

Embora haja limitações em todas as estimativas de crescimento da economia brasileira no século XIX, os dados disponíveis permitem afirmar que o produto real

² - Entre 1889 e 1898 foram ministros da fazenda: Rui Barbosa, Tristão de Alencar Araripe, Henrique Pereira de Lucena, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Inocêncio Serzedelo Corrêa, Felisbeto Firmo de Oliveira Freire, Alexandre Cassiano do Nascimento, Francisco de Paula Rodrigues Alves e Bernardino José de Campos. Joaquim Murinho assume o ministério da fazenda a 15-11-1898.

³ - Há uma vasta bibliografia sobre as insurreições regionais que se multiplicaram no período da regência. O maior desafio a unidade territorial brasileira foi indubitavelmente a longa revolta dos Farrapos, e o último desses levantes ocorreu em Pernambuco em 1848-49.

⁴ - Sobre as relações do Império com o Exército ver Lima, 1989, cap.VI., Schulz, 1996

⁵ - A bibliografia sobre o regime político do Império é igualmente vasta, e não é o objetivo deste trabalho discuti-lo. Observe-se, no entanto, que há muita controvérsia quanto aos setores das classes dominantes representados por esses dois partidos. Segundo Faoro, 1984, p.341-434, o partido liberal era mais próximo da propriedade rural, e com sua pregação descentralizadora e, ao final, federalista, defendia mais poderes ao poder político local. O partido conservador estaria mais próximo do setores urbanos vinculados ao comércio exportador e importador e, algumas vezes aos rentistas e agenciadores de crédito urbanos, tais como os de algumas casas bancárias e comissários. Esta divisão de Faoro não é convincente. Setores urbanos e manufatureiros, como por exemplo Mauá e Souza Franco, eram ligados ao partido liberal. Porém também o eram fazendeiros, comprometidos com os interesses agrários, como Martinho Alvares da Silva Campos. A recíproca também é verdadeira, no partido conservador encontra-se representantes de interesses urbanos e de interesses agrários. Na verdade os conflitos desses dois grupos eram melhor expressados pela sua visão de política financeira, isto é, no conflito metalistas e papelistas.

brasileiro per capita cresceu a taxas muito baixas ao longo do século XIX.⁶ A taxa de crescimento das exportações brasileiras no século XIX foi inferior a taxa de crescimento do comércio mundial. Portanto, a participação do Brasil no comércio mundial decresceu nesse período. No conjunto do século as exportações per capita brasileiras em libras correntes cresceram 0,6% a.a.. Nos trinta primeiros anos do século XIX as exportações per capita caíram 1,1%. Não obstante entre os anos 1830 e 1840 ter havido alguma recuperação, o nível de exportações per capita do início do século só foi alcançado no período 1848-1852. Na segunda metade do século XIX as exportações per capita cresceram a taxa de 1,2% a.a..(Dados de Prado, 1991, pp.43-55) Esse desempenho, mesmo elevado em comparação com período anterior, foi insuficiente para produzir o impacto transformador que o comércio exterior gerou em economias de colonização recente, sendo ainda inferior à média do crescimento anual per capita do comércio exterior mundial durante o século XIX, que foi de 2,9% a.a. e muito inferior a taxa de expansão do comércio exterior per capita no período de aceleração máxima dessa atividade, isto é, entre 1840-1870, quando essa taxa foi de 4,3% a.a.⁷

A política monetária do governo imperial é um dos temas mais polêmicos da história econômica do período. A literatura recente sobre o papel histórico do setor financeiro no desenvolvimento econômico de economias retardatárias mostra que o aumento da razão entre moeda e outros ativos financeiro em relação ao produto total e ao estoque de riqueza é uma característica universal.(Ver Cameron,1967 e 1972) A eficiência que essas funções são exercidas dependem não apenas do crescimento da demanda por serviços financeiros, mas também de um conjunto de fatores legais, institucionais e estruturais. Cameron (1967) aponta três possíveis formas de interação entre o setor financeiro e outros setores da economia: i) o caso em que o setor financeiro restringe ou impõe barreiras ao desenvolvimento do comércio e da indústria; 2) o caso em que o sistema financeiro, embora não ativo, seja capaz de acomodar a maioria dos tomadores, com capacidade de pagamento; 3) o caso em que as instituições financeiras ou promovem novas oportunidades de investimento ou estimulam investidores potenciais a aumentarem seu nível de endividamento.

A política monetária Brasileira e a estrutura financeira que foi criada pela corrente metalista que era normalmente implementada pelos ministérios da fazenda no segundo império é um exemplo do primeiro caso. Isto é, esta política era altamente inadequada para as necessidades domésticas, e era uma barreira no caminho do desenvolvimento industrial

⁶ - De fato, na primeira metade do século este crescimento foi negativo ou nulo, enquanto na segunda metade houve certo crescimento, mas não o suficiente para mudar substancialmente o quadro do conjunto do século. Entre as tentativas de se estimar o desempenho econômico brasileiro no século XIX encontram-se os trabalhos de Furtado(1972), Golsmith(1986), Contator & Haddad(1975), Leff(1982) e Prado(1991). As conclusões de Prado(1991,p.54) foram que (i)- houve algum nível de crescimento econômico na segunda metade do século XIX; o produto real brasileiro cresceu a taxa não superior a 3,3% a.a., segundo estimativa otimista de Furtado, com alguns ajuste, e não menos de 2,0% a.a., segundo a estimativa mais pessimista de Golsmith. Uma vez que a população brasileira cresceu cerca de 1,8% a.a. neste período, o crescimento do produto real per capita não foi inferior a 0,2% a.a. e não foi superior a 1,5% a.a. Esses dados levam a conclusão que a renda per capita brasileira era muito baixa em 1850, e provavelmente teve crescimento negativo na primeira metade do século XIX. Para o conjunto do século o crescimento do produto real per capita no Brasil foi positivo, mas muito reduzido. (Ver Prado,1991, pp.43-54)

⁷ - Os dados da exportação per capita mundial são de Kenwood & Loughheed,1985, pp.79/80. Para a estimativa do crescimento da população brasileira entre 1800 e 1872 ver Prado, 1989,p.1583.

ou comercial. A tentativa contínua de estabelecer uma moeda conversível, sustentada em uma firme reserva de ouro, em uma sociedade periférica e pouco monetizada era não apenas impossível de ser obtida, mas reduzia enormemente as oportunidades de investimento produtivo. A estrutura financeira do país e a inadequada política monetária do governo imperial não contribuiu para a aceleração do crescimento econômico, mas ao contrário reforçou as dificuldades criadas pelas restrições ao mercado doméstico e as ineficiências típicas de uma sociedade agrária e escravocrata.

As crises financeiras do segundo reinado tiveram dois padrões principais, ambas formas distintas de crise de liquidez. O primeiro origina-se como uma onda de falências em um grande centro financeiro internacional, levando a uma súbita escassez de letras de câmbio, que afetava as operações de financiamento das exportações brasileiras e ao aumento de remessas para o exterior, provocando um queda na taxa de câmbio. Este tipo de crise muitas vezes era acompanhada por distúrbios no comércio mundial, que afetava o preço ou a liquidez de mercadorias exportadas pelo Brasil, reforçando a tendência a queda da taxa de câmbio.

O segundo tipo de crise era normalmente gerada pela implementação de uma política monetária restritiva depois de um período de política monetária liberal. Essa mudança súbita da política monetária, que não permitia um ajuste progressivo do mercado, acarretava a falência daquelas empresas que mantinham grandes quantidades de letras de câmbio e que não conseguiam financiar seu capital de giro através do sistema financeiro. As falências dos comerciantes e das poucas empresas manufatureiras afetavam as casas bancárias que os financiava. Esses bancos não conseguiam suportar o duplo impacto das retiradas de seus clientes e do atraso no pagamento de seus títulos, levando a uma crise financeira.

O primeiro caso pode ser ilustrado pela crise de 1857, enquanto que a crise de 1864 enquadra-se no segundo caso. Entretanto, nenhuma dessas crises foram provocadas apenas por um fator e geralmente resultando da combinação de várias causas oriundas na economia doméstica e na economia internacional. Por exemplo, a crise de 1875 foi o resultado conjunto dos efeitos domésticos da crise internacional de 1873/75 e das consequências da política monetária restritiva, depois do período de maior liquidez monetária praticada durante a guerra do Paraguai.

Os debates na Câmara dos Deputados durante este período mostravam duas tendências que influenciavam a política econômica no Brasil. De um lado os comerciantes, e uns poucos empresários com interesses em manufaturas, que operavam no negócio de importação e no comércio doméstico e que tendiam a apoiar uma política econômica mais liberal, assim com liberdade de organização para sociedades anônimas. A maioria dessas pessoas pertenciam a chamada corrente papalista. Eles apoiavam o direito de emissão de bancos privados e sustentavam que os estoques de meios de pagamentos deveriam ser determinados pela demanda doméstica por transações e não pelo estoque de metais preciosos no sistema bancário. Entretanto, nessa época mesmo a escola papalista entendia que deveria haver algum grau de correspondência entre estoque de ouro e meios de pagamento. Os seus oponentes eram os políticos mais tradicionais, os bacharéis, isto é, aqueles formados em direito, que eram educados com a idéia de austeridade e cautela. Sua ideologia era mais próxima daqueles proprietários de fazendas e de rentistas que temiam a inflação e a instabilidade econômica, mas eram também apoiados por alguns intelectuais

que pregavam doutrinas liberais, e cujas visões refletiam o debate econômico na Europa, particularmente o debate na Inglaterra e na França. Esses, conhecidos como metalistas, defendiam um controle monetário rígido e sustentavam que quando houvesse condições materiais para o crescimento econômico, metais preciosos iriam naturalmente fluir para a economia sustentando o progresso, sem que esse crescimento implicasse em inflação ou crise econômica.⁸

Essas duas correntes parlamentares não podem, no entanto, serem facilmente separadas em função dos segmentos sociais que estavam vinculados ou das classes a que pertenciam. Não é muito simples determinar que grupos apoiavam que tipo de política. Um estudo de Mello(1975,p.126/130) sobre a evolução da riqueza privada em S.Paulo mostrou que uma importante parte da renda entre os proprietários urbanos em S.Paulo na década de 1850 vinha de rendimentos financeiros, não apenas aqueles obtidas no sistema bancário, mais também retorno de investimentos em imóveis, como aluguéis, ou participação de lucros em atividades empresariais. Os proprietários rurais tendiam a ter uma menor participação de receita financeira, como fonte de renda, a maior parte de suas receitas vinham do produtos de suas fazendas, enquanto sua riqueza estava principalmente em escravos, terra, animais e máquinas, diferentemente dos proprietários urbanos cuja riqueza estava em empréstimos, prédios urbanos, títulos e escravos.

Baseados nesses estudos, pode-se supor que diferentes distribuições de ativos influenciavam as idéias dessas duas frações das elites, mas pode-se afirmar, levando-se em conta as considerações anteriores, que a abordagem papalista tinha o apoio de grupos ligados a interesses urbanos, particularmente daqueles envolvidos com o setor bancário e manufatureiro. O Barão de Mauá era um típico representante do empresário moderno que apoiava fortemente a política papalista. Com relação a abordagem metalista, esta parece ter sido apoiada por alguns intelectuais com formação liberal e idéias conservadoras, e bacharéis ligados aos interesses agrários.⁹

A Guerra do Paraguai é o grande marco divisor na política e na economia do Segundo Império. Quando esta guerra começou no fim de 1864, depois de grave crise econômica, os beligerantes julgavam que esta seria de curta duração. Entretanto o conflito durou cinco anos, matou pelo menos 250000 pessoas, envolveu quatro países, cerca de 64000 soldados paraguaios e cerca de 66000 soldados aliados.¹⁰ O custo da guerra foi além de todas as expectativas, sendo muito maior do que todos os países envolvidos poderiam imaginar no início da contenda. O Brasil supriu a maior parte dos soldados e era o único país na aliança que podia suportar a pressão financeira dessa guerra.¹¹

⁸ - É importante observar que qualquer tentativa de associar os metalistas e papalista com as modernas correntes econômicas, como por exemplo, comparar metalistas como monetaristas., é profundamente inadequado.

⁹ - Para uma discussão detalhada desse debate ver Prado,1991, ch.V.

¹⁰ - o número de soldados paraguaios na guerra é altamente controverso, não é minha intenção dar um número preciso, limitando-me a dar uma idéia da dimensão do conflito. Os dados apresentados são do George Thompon(1924). Sobre o otimismo dos aliados ver Buarque de Holanda, tomo 4, p.44.

¹¹ - A situação financeira da Argentina ficou insustentável longo do início da guerra. Ao final de 1865, mesmo com a ajuda financeira do Brasil, o governo Argentino foi obrigado a tentar convencer alguns ricos cidadão daquela república a fazer contribuições para salvar o governo de completo colapso financeiro. Rebollo Paz, 1965,pp.84-85.

Esta situação implicou em imensa pressão sobre o Tesouro brasileiro. Situação agravada pelos transtornos sociais causados pela organização de uma grande força militar. O carácter escravocrata do país era uma questão mais delicada do que os riscos à unidade nacional da pequena república paraguaia. O custo da vitória não foi apenas financeiro. A política monetária conservadora foi inviabilizada, um número sem precedentes de pessoas passaram a receber remuneração, que mesmo muito baixa, aumentou substancialmente a quantidade de pessoas que usavam dinheiro e ampliou proporcionalmente o número de transações monetárias no país. O grande número de escravos libertos nas tropas, assim como o receio de revolta de escravos em zonas próximas ao conflito, obrigou o governo a fazer algumas concessões durante e depois da guerra.

Este foi um conflito clássico do século XIX, e como tal, a maior problema era como financia-lo. Nesse período os países tinham mais dificuldade e levantar recursos do que em produzir e suprir materiais para a guerra. O armamento consistia essencialmente de pequenas armas, como facas, sabres e baionetas. Nesta época, mesmo nas guerra Européias, um exército não usava mais do que 20 a 25% das armas que uma força de igual tamanho usaria em 1914.(ver Born,1984,p.185.) O problema logístico era suprir de munição, comida, manufaturas (essencialmente produtos textéis) e medicamentos.

Para financiar o conflito o Brasil tinha poucas alternativas: aumentar a dívida pública e aumentar a emissão do tesouro foram os dois meios mais comumente usados. Mas isto obrigava a uma reorganização do sistema monetário doméstico, numa tentativa de reconciliar os preconceitos do grupo metalista, que controlava a política monetária do império, com as necessidades de avançar o esforço de guerra. O rápido crescimento da oferta monetária para financiar a guerra estimulou a economia doméstica que vinha sendo contida com baixa liquidez, desde a reforma bancária de 1860. As tentativas depois da guerra de voltar ao status quo ante levaram a novos problemas financeiros. Novamente as autoridades tentaram reduzir o estoque de papel moeda ao nível que seria suficiente para o nível de transações da economia no início da guerra.¹² A idéia de progresso, esse conceito tão valorizado pelos republicanos que a colocaram na bandeira brasileira, era completamente ausente das concepções dos ministros da fazenda metalistas.

A insistência do Imperador de levar a guerra até a completa destruição de Lopez, também teve um elevado preço político. A reação provocada pela derrubada dos liberais e a ascensão do gabinete conservador em 1868 teve graves conseqüências. Esta estimulou não apenas um forte reação dos liberais que aprovaram uma monção dizendo que *"a câmara vira com profunda mágoa e geral surpresa o estranho aparecimento desse ministério gerado fora de seu seio e simbolizando uma política nova, sem que uma questão parlamentar houvesse provocado a perda do seu predecessor. Deplorando esta circunstância singular e ligada por sincera amizade ao sistema parlamentar e à monarquia constitucional, a Câmara não tinha nem podia ter confiança em tal gabinete"*¹³ Desse episódio nasceu a famosa afirmação do Senador Nabuco, muitas vezes lembrada em discussões posteriores, de que o governo no Brasil procedia do poder pessoal, que escolhia os ministros, que nomeavam os presidentes das províncias, os quais por sua vez faziam as

¹² - Ver o RMF-1872 para a apresentação da política monetária do governo depois da guerra.

¹³ - Citada por Olivera Lima,1989, p.66

eleições, donde procediam as Câmaras, que apoiavam os gabinetes, servidores do poder pessoal.¹⁴

Neste contexto surgiu a organização política dos republicanos. Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça dão os primeiros passos para a criação do Clube Republicano com a promoção de várias conferências de Quintino sobre suas impressões dos EUA e da Argentina. Em meados de 1870 funda-se o clube e em dezembro do mesmo ano é criado o jornal *A República*.

As teses republicanas, expressas nos primeiros manifestos e difundidas pelo jornal *A República*, eram muitas vezes confusas e contraditórias. Suas idéias vicejavam, no entanto, em uma sociedade onde crescia o sentimento de que eram necessárias importantes reformas nas instituições governamentais brasileiras, com ou sem a monarquia. No mês da abolição da escravatura, um editorial do Diário da Bahia refletia com precisão esse sentimento. Este artigo dizia:

*"Os velhos partidos, cooperadores inregeneráveis do passado, rolam, desagregados, para o abismo, entre os destroços de uma era que acaba; e pelo espaço que a tempestade salvadora purifica, os ventos do Norte e Sul trazem, suspendendo-as em dispersão, para caírem sobre a terra, as idéias vivificadoras de nossa reabilitação: a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desenfusão da propriedade, a desoligarquização do senado, a federação dos Estados Unidos Brasileiros ... com a coroa, se esta lhe for propícia, contra ou sem a coroa, se ela lhe tomar o caminho".*¹⁵

Para muitos membros de grupos econômicos de rendas médias urbanas, como militares, para muitos membros da elite intelectual liberal, como advogados, médicos e jornalistas, para alguns setores empresariais, como os proprietários de manufaturas e indústrias, que não queriam correr o risco de uma revolução, o que se pretendia era promover reformas, e muitos relutavam em aderir incondicionalmente a causa republicana.¹⁶ Tal sentimento é bem expresso na afirmação de Rui Barbosa, oito meses antes da proclamação da República: *"nunca advogaremos a desordem, nem nos alistamos ainda na bandeira republicana"*.¹⁷

As reformas eram vistas como necessárias no plano político para recuperar os partidos que estariam se transformando *"em ajuntamentos ilícitos, em que se forjam os mais vergonhosos planos, para vingarem interesses particulares"*.¹⁸ No plano econômico dois pontos eram percebidos como de grande importância para a mudança da realidade brasileira: o federalismo e as reformas econômicas, que promoveriam o progresso, isto é, que estimulariam a imigração e o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais.¹⁹

¹⁴ - "O poder moderador pode chamar quem quiser para organizar ministérios, esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria." Citado por Oliveira Vianna, p.32.

¹⁵ - Diário da Bahia, Maio de 1888, citado por Rui Barbosa, no Diário de Notícias, em 9 de março de 1889.

¹⁶ - Ver Schultz, 1994, p.125.

¹⁷ - Note-se no entanto, que Rui Barbosa fala "nem nos alistamos **ainda**". Ver Diário de Notícias, março de 1889.

¹⁸ - Barbosa, Rui em Diário de Notícias, março de 1889.

¹⁹ - Não apenas os chefes políticos regionais, mas também setores da intelectualidade provincial, ressentiam-se de que os presidentes de província não eram muitas vezes nascidos na região, e não dependia de

A República veio, afinal, como um golpe militar. Contudo, sem o clima que a imprensa e elementos da elite haviam criado, a intervenção do exército dificilmente teria ocorrido. O governo provisório incluía não apenas militares, mas civis que haviam apoiado o levante. Este era formado por Deodoro, como presidente, Rui Barbosa (ministro da fazenda), Campos Salles (justiça), Quintino Bocayuva (relações exteriores, Demétrio Nunes Ribeiro (agricultura, Comércio e Obras Públicas), Eduardo Wandenkolk (marinha) Benjamin Constant (Guerra).²⁰ A eles cumpria a função de iniciar o processo de reformas, e atender as esperanças da construção de uma nova ordem política e econômica no país.

3 - A Política Econômica dos Primeiros Governos Republicanos

A República não foi uma revolução social. O repentino desencadeamento do levante militar que a criou, o pequeno número de participantes do evento, e a ausência de reação efetiva mostram, no entanto, que esta foi a cristalização de um longo processo de desgaste do antigo regime. Por outro lado, a heterogeneidade dos membros do Governo Provisório mostram a complexidade dos interesses que levaram a proclamação da república. (Carone, 1983,p.26)

Rui Barbosa foi o primeiro ministro da fazenda. Duro crítico do Visconde de Ouro Preto, Presidente e Ministro da Fazenda do último gabinete imperial, cumpria a ela realizar as reformas para superar as dificuldades financeiras advindas da queda da produção cafeeira, produto da falta de braços para a colheita causada pela abolição²¹. Com a proclamação da República os antigos procedimentos para a gestão das Finanças Públicas são subitamente suspensos. A aprovação de um orçamento do MF, obrigatório segundo a Lei n.28887, de 9/8/1879, foi interrompida. A proposta orçamentaria foi durante o império um documento fundamental para o parlamento acompanhar o trabalho do gabinete em cada exercício financeiro. Todo esse mecanismo, associado à existência da monarquia parlamentar, desapareceu com o movimento revolucionário.

Rui Barbosa, no primeiro Relatório do Ministério da Fazenda de um governo republicano (RMF-1991), afirmou que vigindo apenas um Congresso Constituinte, e em processo de criação de uma nova ordem institucional federativa, não se sabia, ainda, os deveres do executivo para com a representação nacional. Em especial, não havia ainda sido determinada as atribuições dos vários níveis de autoridade pública para a elaboração do orçamento. Esperava-se, portanto, uma transformação profunda no regime financeiro, especialmente uma reforma tributária estabelecendo as fontes de receita, e as obrigações, dos governos federal e estaduais.

Em declaração polêmica afirmava Rui Barbosa:

"os governos revolucionários não são, não podem ser, governos econômicos. Entre as instituições que desabam e as instituições que se planejam, o terreno de transição,

apoio local para seu futuro político. Isto porque, durante o Império, os presidentes provinciais eram indicados pelo governo central, enquanto os senadores, cujo cargo era vitalício, eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista dos três candidatos mais votados. Nesse sentido federalismo significava que a administração provincial seria oriunda das forças políticas locais e não nacionais.

²⁰ - Para informação sobre os integrantes dos primeiros governos republicanos ver Fleiuss, 1922, parte sétima.

²¹ - A exportação de café representou 10.9 milhões de libras em 1888, caindo a quantidade de café exportado de 6.075 mil sacos em 1886-87 para 3.444 sacos em 1888.

semeado de ruínas e esperanças, de ameaças e reivindicações, franqueia campo vasto e indefinido à luta de forças contraditórias, contra as quais uma comissão revolucionária não poderia, ainda com qualidades heróicas, traçar aos seus atos orientação reta, segura e persistente"(RMF-91,p.11)

Rui Barbosa, com sua conhecida perspicácia observava com precisão as dificuldades do governo do Marechal Deodoro, que não poderia negar-se a agir, invocando a legalidade, portanto estando o governo mais sujeito a cometer erros, e a ser responsabilizado por eles:

"a invocação de legalidade, freio indiscutível, em épocas normais, contra a impaciência das paixões desencadeadas, perde, com a proclamação da ditadura, a sua cor de sinceridade, a sua força decisiva contra a última razão das coisas nos atos do governo; e, em consequência, a pressão das correntes políticas, a solicitação das conveniências locais, as coligações dos interesses capazes de agitar a sociedade assumem energia desconhecida em tempos ordinários. (RMF-91-pp.11-12)

Essa possibilidade de realizar reformas, sem as dificuldades de ter de aprova-la em longas discussões parlamentares, e a pressão por fazê-las, levou o ministro da fazenda a fazer importantes reformulações na estrutura financeira do país. Esta seria a primeira tentativa de se criar uma ordem econômica baseada em princípios papelistas desde da gestão de Souza Franco como ministro da fazenda, na década de 1850. E tal como no caso de Souza Franco, que foi considerado responsável pela crise de 1857, Rui Barbosa foi considerado culpado da grave crise financeira de 1891. Foi necessário quase cem anos, para que uma nova geração de historiadores econômicos chamasse atenção para esse período como marco inicial da criação de um moderno setor industrial no país, do que um momento notável apenas pela irracionalidade especulativa, e pela emissão fiduciária irresponsável.

A república viria a ser herdeira de uma crise financeira que já se esboçava nos últimos anos do império. Desde o início da década de 1880, o aumento da demanda por moeda, em consequência do crescimento econômico do país e da difusão do trabalho assalariado, acarretava cada vez mais freqüentes reclamações da falta de meios de pagamentos. O antigo sistema de escrituração das dívidas, e a compensação periódica, na época das safras, dos compromissos financeiros no campo, dava lugar a crescente necessidade de dinheiro por parte dos fazendeiros.²² Como a demanda de dinheiro crescia sazonalmente, por ocasião das safras, nesse período a demanda por adiantamentos nos bancos do Rio de Janeiro aumentava sensivelmente. A abolição agravaria esse problema, obrigando o governo a fazer uma reforma monetária que atendesse as demandas da sociedade.

Finalmente, a partir de pressões de um grupo de liberais liderados pelo Visconde de Ouro Preto, o Conselheiro Lafayette, O Conselheiro Dantas, Silveira Mota e outros, foi aprovada em novembro de 1888 uma Lei monetária que autorizava a criação de bancos de Emissão.²³

Esta lei permitiu duas espécies de emissão: as baseada em títulos públicos e as baseadas em reservas metálicas. Os bancos poderiam emitir bilhetes ao portador desde que

²² - o RMF-91, p.142, descreve como era o antigo sistema de compensações no campo, onde pouco se usava dinheiro.

²³ - Decreto n.3408, de 24/11/1988.

depositassem o valor nominal correspondente em apólices da dívida pública na Caixa de Amortização. Este papel possuía curso legal, podendo por isso ser reembolsado em moedas do Tesouro. As emissões poderiam, no entanto, ser elevadas ao triplo das somas depositadas em moeda metálica na suas Caixas. (Ver Levy, 1977 p.145)

No final do período imperial, embora houvesse déficit em transações correntes, foi possível observar-se uma alta de câmbio financiada com empréstimos públicos.²⁴ Esse endividamento crescente não era mais possível de ser continuado nas circunstâncias políticas do primeiro governo republicano. Em janeiro de 1890 Rui Barbosa assina quatro decretos, que serão a base de sua administração a frente do Ministério da Fazenda. Estas medidas que ficaram conhecidas como Lei Monetária de 17/1/1890, regulamentavam as sociedades anônimas, os Bancos de Emissão, o crédito agrícola e as instituições de crédito real. Esta Lei dividiu o país em três regiões: a do Norte, com sede na Bahia, a do Centro, com sede no Rio de Janeiro, e do Sul, com sede em Porto Alegre. Esta lei liberalizava a política de emissão, que seria baseada essencialmente em títulos de dívida pública, e regulamentava as operações bancárias que seriam as mais amplas possíveis, abrangendo não só descontos, empréstimos, câmbio, hipotecas e penhor agrícola, mas também adiantamentos sobre meios de produção, empréstimos industriais para construção civil e de estradas de ferro, docas, portos. Também foram previstas compra e venda de terras para colonização, drenagens e irrigação do solo e exploração de minas. Os bancos emissores tinham ainda direito à concessão gratuita de terras devolutas para colonização, fundação de indústrias, e preferências para a construção de rodovias, exploração de minas e canais e comunicações fluviais. Esses bancos teriam ainda direito de desapropriação nos termos legais e isenção de impostos, direitos aduaneiros para as empresas que se organizassem sob suas administrações, de materiais que importassem para seus estabelecimentos, estradas de ferro, minas e outras fontes de produção.

A política de Rui Barbosa não agradou importantes grupos econômicos e políticos domésticos, ligados a interesses tradicionais, tendo provocado um temor de uma onda inflacionária, que foi agravada com a contínua queda da taxa do câmbio. A tentativa de regionalizar a emissão bancária encontrou muitas dificuldades para sua implementação, tanto no plano econômico como no político. Em 31 de Janeiro de 1890, por influência de Campos Sales, uma nova região bancária e um novo banco emissor foram criados em São Paulo. Em março o ministro concedeu ao Banco Nacional do Brasil e ao Banco do Brasil o direito de emitir notas inconvertíveis até o dobro de 25000 contos depositados em espécies metálicas junto ao Tesouro. Este privilégio seria estendido em agosto vários bancos emissores regionais e ao Banco dos Estados Unidos do Brasil.

Vários fatores econômicos e políticos fizeram do ano 1890 e 1891 particularmente difíceis. No Rio de Janeiro um boom especulativo da Bolsa de Valores, num país pouco acostumado as características desse mercado, e as dificuldades de financiamento das transações correntes, agravadas pela crise dos Baring Brothers, em Londres, em outubro de 1890, como resultado da crise financeira na Argentina, criaram um clima de tensão nos círculos comerciais e financeiros brasileiros.

A substituição de Rui Barbosa por Tristão de Alencar Araripe, em Janeiro de 1891, sucedido pelo Barão de Lucena em outubro de 1891, não melhorou este quadro. Ambos

[C1] Comentário:

²⁴ - Entre 1886 e 1889 contraiu-se me Londres 3 dívidas nos valores de 12 milhões de libras.

eram pouco afeitos a complexidade da administração financeira e demonstraram incapacidade de lidar com a difícil situação econômica do país. O tom de tragicomédia desta situação foi o telegrama do Barão de Lucena aos Rotschild & Sons, em Londres, há apenas seis dias do golpe de Estado de 3 de Novembro, e há menos de um mês da deposição do Marechal Deodoro, afirmando a absoluta impossibilidade de crise política ou financeira no Brasil.²⁵

O governo Floriano teve, em seus três anos de governo, quatro ministros da fazenda.²⁶ Este governo caracterizou-se por sua ambigüidade, normalizando o funcionamento do Congresso, que nunca conseguiu operar normalmente durante o governo de Deodoro, mas também apoiando várias intervenções nos Estados. Em seu governo o predomínio dos grupos militares e das oligarquias, lideradas por São Paulo serão fonte de profunda instabilidade política. (Carone, p.71) O clima é bem descrito por Rui Barbosa: "*de uma ditadura que dissolve o Congresso Federal, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra, que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso apreciável.*"²⁷

Em 6 de fevereiro de 1893 estourava no Rio Grande do Sul um grande conflito regional. Nos três primeiros anos do governo republicano este estado teve nada menos que 19 governadores. Nesta ocasião ressurgiu a luta entre os Castilhistas, partidários de Júlio de Castilho apoiados pelo governo de Floriano, e os federalistas, representados pelos gasparistas e tavaristas, respectivamente partidários do Conselheiro Gaspar da Silveira Martins e da família Tavares de Bagé.(ver Fleiss,1922 p.484-483) O governo floriano enfrentou também a Revolta da Armada, que durou de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, envolvendo operações no Rio de Janeiro e no sul do país, sob a chefia do primeiro ministro da Marinha de Floriano, o contra-almirante Custódio José de Melo.

Neste clima de instabilidade as finanças públicas do governo deterioraram-se rapidamente.²⁸ Rodrigues Alves, durante o seu curto período como Ministro da Fazenda, propôs o plano de retirar as emissões dos bancos, passando-as ao Tesouro, para reduzir assim a circulação de moeda fiduciária. Naquelas circunstâncias essas medidas dificilmente seriam factíveis, o que levou ao pedido de demissão do ministro em 29 de agosto de 1891. Com a pluralidade dos bancos de emissão e com o crescente déficit público o resultado foi uma grande expansão da oferta monetária, o que num clima de grande instabilidade política, levava não ao aumento dos investimentos, mas a pressões inflacionárias e instabilidade cambial.

O substituto de Rodrigues Alves, Serzedello Correia, tentou controlar a situação financeira promovendo a fusão do Banco da República do Estados Unidos do Brasil, com o Banco do Brasil, formando o Banco da República do Brasil. Esperava-se melhorar a situação financeira dos grandes bancos brasileiros, e apoiar as novas empresas industriais criadas no período de euforia especulativa. A medida foi, entretanto, fracassada, em vista da deterioração das contas públicas e do clima de instabilidade política, que teria profundas conseqüências nas contas externas e no comportamento do câmbio.

²⁵ - Ver a descrição desse evento em Calógeras, 1910, pp.233-234.

²⁶ - Foram eles Rodrigues Alves, Serzedello Correia, Oliveria Freire e Alexandre Cassiano do Nascimento.

²⁷ - Citado por Carone,1983 p.73.

²⁸ - De um superávit de 8.2 82 contos de réis em 1891, as contas públicas do governo nacional chegaram a um déficit de 107 mil contos de reis em 1894. Ver IBGE, 18986, p.120.

Prudente de Moraes, paulista e republicano histórico, torna-se o terceiro presidente e liderou o primeiro governo civil da república. Este período caracterizou-se pelo enfrentamento e pela progressiva superação da instabilidade política, onde a derrota do jacobinismo militar foi a mais expressiva vitória. Entretanto, no plano econômico este governo enfrentou grandes dificuldades. A guerra civil no Sul estendeu-se até o segundo semestre de 1895, consumindo nesse período elevados recursos do governo federal.²⁹ O jacobinismo continuou trazendo grande instabilidade no Rio de Janeiro, que assistiu duas revoltas da Academia Militar, apesar do aumento dos vencimentos militares promovido pelo Presidente. Finalmente, o preço do café no mercado internacional começou a cair, a partir de 1896. Pelas características da planta, que demora quatro anos para entrar em produção, o período posterior a 1896 marcou a primeira das grandes crises de superprodução que caracterizaram o mercado de Café. Esta situação refletia o período de euforia associado a elevada lucratividade, gerada pela expansão creditícia dos primeiros anos da república e a desvalorização cambial, que compensou as variações do preço do café em libras. (Fausto, 1989p.p.202, Delfim Netto, 1978 pp.28-29.)

No período de Novembro de 1996 a Março de 1997, devido a precária situação de saúde de Prudente de Moraes, a presidência da República foi exercida interinamente pelo seu vice, Manoel Vitorino. Este não apenas realizou várias alterações na política governamental, como conspirava abertamente contra o titular, tendendo obter sua renúncia para que ele pudesse seguir novos rumos sem constrangimentos. Em especial Manoel Vitorino contava com o apoio do líder parlamentar florianista, Francisco Glicério, de Júlio de Castilhos no Sul e dos jacobinos do Rio. Sua ascensão ao governo permitiu que Castilho voltasse a perseguir os federalistas no Sul, e que os jacobinos aumentassem suas atividades no Rio de Janeiro. (Schultz, 1994 p.197) Nesse cenário a Revolta de Canudos surgiu como uma oportunidade para promover Moreira César, o mais famoso oficial florianista, num clima em que o levante dos sertanejos baianos foi estranhamente transformado em uma grande revolta monarquista.

4 - Conclusão: Crise Econômica e Revolta Social

O Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio começaria sua avaliação do ano de 1897 com o seguinte diagnóstico:

"É com verdadeiro pesar que resumimos neste trabalho os acontecimentos, e o dissabor do ano próximo passado, no qual se malograram todas as esperanças em que o anterior fundara. Desde a proclamação da República nunca houve concurso igual de transtornos, políticos, financeiros e comerciais, como se desenrolou para nós em 1897." (Retrospecto Comercial de 1897- Jornal do Comércio- 1998)

²⁹ - O custo da guerra pode ser avaliado pelas palavras de Floriano Peixoto: "O Rio Grande do Sul era o sorvedouro das rendas federais. Ali gastava-se com a manutenção em pé de guerra e com as gratificações, soldos e vantagens da paga militar em tempo de guerra. A União pagava ainda aos corpos de partidários recrutados pelo Governo estadual e pagava-os sem verificação nem de folhas nem de contas. Corriam por conta da União todos os suprimentos de munições e de armamento para as forças estaduais e até o serviço telegráfico e os agentes do Governador do Rio Grande do Sul em Montevidéu eram pagos pela Legação Brasileira, com dinheiro da União." citado por Carone, 1983p.158.

O ano de 1897 marca, sob o ponto de vista econômico, um momento de inflexão, com a nomeação de Joaquim Murtinho, em 23 de junho para o ministério da fazenda. Desde fins de 1896 o governo tinha cassado os direitos de emissão dos bancos. Mas as dificuldades no setor externo adviam de outros problemas, principalmente a redução das receitas de exportações e os elevados serviços da dívida externa. O déficit em conta corrente levou a contínua deterioração do câmbio ao longo do ano. Com Joaquim Murtinho a frente do ministério da fazenda as negociações para um acordo com os credores tomaram novo rumo. Uma proposta de arrendamento da Cia. Estrada de Ferro Central do Brasil, feita por um sindicato chefiado pela firma Greenwood & Co, foi rejeitada pelo governo. Este recorreu a parte de recursos obtidos pela Cia. Leopoldina, que havia lançado um empréstimo em Londres em 1897 e a venda de alguns navios de guerra em construção. (Franco, 1990;p.26) A solução final, no entanto, ocorreu em 1898 quando uma proposta de moratória chegou aos banqueiros londrinos, levando a assinatura do *Funding Loan*, em 1898.

A partir da nomeação de Joaquim Murtinho todas as experiências papelistas e as políticas de estímulo ao crescimento econômico através da expansão do crédito seriam definitivamente interrompidas. Da mesma forma a pregação jacobina, que unia um discurso com influência positivista e defesa de um governo forte, antioligárquico, sob a liderança militar foi definitivamente derrotada, depois da prisão, em novembro de 1887, de oficiais comprometidos com um fracassado atentado contra o presidente.

Os jacobinismos republicanos, embora duros críticos das oligarquias regionais, viam com profunda desconfiança movimentos populares. Desde os conflitos da Guarda Negra, grupos de libertos anti-republicanos, que atacavam reuniões de intelectuais defensores da derrubada do império, eram vistos como manipulados por interesses vinculados ao antigo regime. Esta foi a razão porque os jacobinos defendiam uma dura repressão aos grupos de capoeiras, no Rio de Janeiro, considerados como desordeiros usados para fins políticos. A revolta de Canudos, num momento de crescente enfrentamento entre jacobinos e as oligarquias regionais, representadas pelo presidente Prudente de Moraes, transformou esse incidente em uma pretensa revolta armada contra a República que teria apoio de monarquistas em recursos e armamentos. A nomeação de Moreira César para ser o herói da república, por Manuel Vitorino, e sua derrota pelos rebelados, ajudou a dar maior credibilidade a essa teoria.

A derrota definitiva de Canudos, já depois que Prudente de Moraes reassumiu o cargo, aumentou o prestígio do Presidente. O fracassado atentado jacobino, permitiu a vitória definitiva de Prudente de Moraes, com a prisão dos líderes jacobinos, e com a invasão do Jornal *O Jacobino*, por uma multidão indignada com o atentado.

As idéias de progresso prometidas pela república terminaram num pálido acordo com os credores e em uma política contracionista radical de Joaquim Murtinho, e a esperança de um governo progressista anti-oligárquicos foi definitivamente superada com a vitória política da oligarquia, e a estabilidade política que seria obtida com a política dos governadores, inaugurada pelo sucessor de Prudente de Moraes, Campos Sales.

5 - BIBLIOGRAFIA

5.1- Fontes Primárias

5.1.1-Jornais e Periódicos

Diário de Notícias, artigos de Rui Barbosa, reeditados em A Queda do Império;
Jornal do Comércio, diversos números, 1889-1897
Retrospectiva Comercial do Jornal do Comércio - 1886-1898

5.1.2- Documentos Oficiais

Brasil. Mensagens Presidenciais- Congresso Nacional, 1889-1902
IBGE- Série Estatísticas Retrospectivas, 1986
Organização e Programas Ministeriais, Arquivo Nacional, 1962
Relatório do Ministério da Fazenda - diversos anos -1884-1898

4.2- Fontes Secundárias

Calógeras, Pandiá - *A Política Monetária do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1960;
Cameron, Rondo - *Banking in the Early Stages of Industrialization*, oxford University Press, 1967
Cameron, Rondo, *Banking and Economic Development*, N.York, 1972
Carone, Edgar - *A República Velha*, Difel, 4a edição, 1983;
Correia, Serzedello - *O Problema Econômico no Brasil*, Brasília, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
Dean, W. - *The Industrialization of São Paulo*, Austin Texa, 1969.
Fausto, Boris - "Expansão do Café e Política Cafeeira", em Fausto, Boris, *História Geral da Civilização Brasileira*, III.1-O Brasil Republicano, brasiliense, 1989;
Fleiss, Max - *História Administrativa do Brasil*, Companhia Melhoramentos de S.Paulo, 1922
Franco, Gustavo - "A primeira Década Republicana" em Abreu, M.P, *A Ordem do Progresso*, Editora Campus, 1990.
Franco, Gustavo - *Reforma Monetária e Instabilidade durante a transição da República*, Rio de Janeiro, BNDES, 1983
Levy, Maria Barbara - *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*
Lima, Oliveira - *O Império Brasileiro*, 1821-1889, EDUSP, 1989.
Mello, Zélia Maria - *Metamorfose da Riqueza em São Paulo*, 1845-1895, Editora Hucitec, 1985
Neto, Delfin - *O Problema do Café no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 1978

Pang, Eul-Soo, *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1934*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979

Prado, L.C.D- *Commercial Capital, Domestic Market and Manufacturing in Imperial Brazil: The Failure of Brazilian Economic Development in the XIXth Century*, Ph.D Thesis, Univeristy of London, 1991.

Prado, L.C.D- O Fracasso do Desenvolvimento Brasileiro no Século XIX, Annais da ANPEC, Fortaleza, 1989

Schulz, John- *O Exército na Política, Origens da Intervenção Militar -1850-1894*, Edusp 1994;

Thompson, Jorge- *La guerra del Paraguay*, Buenos Aires, 1910